

Com mesas específicas, MGI amplia fosso de desigualdades salariais no serviço público

A estratégia do governo de separar negociações em mesas específicas vem demonstrando ser desastrosa. Essa política está promovendo um aprofundamento do problema que o próprio governo Lula se comprometeu a combater: as graves distorções salariais no Executivo Federal. Esse tratamento diferenciado, inclusive dentro do mesmo órgão como agora se observa com a Abin, aprofunda e consolida uma política salarial equivocada e elitista que discrimina e estratifica os servidores federais.

Essa semana, ao MGI, os servidores do grupo informação e apoio da Abin afirmaram que se sentiram desprezados pelo governo ao se depararem com tratamento diferenciado dado aos servidores com os cargos de Oficiais e Agentes de Inteligência.

O sentimento tem sido compartilhado por servidores de dezenas de outras categorias que, mesmo tendo decidido em assembleias, por maioria, firmar acordo, entendem que as propostas do governo vão na contramão do combate às distorções salariais e da valorização dos servidores do Executivo.

Quando o MGI promove esse tipo de distintividade, colocando servidores que trabalham lado a lado com salários tão díspares, além de promover uma enorme injustiça contra centenas de trabalhadores e trabalhadoras, estimula a competição, a fragmentação e o elitismo na categoria.

'Situação precária'

Não por acaso, servidores que representam a maioria do Executivo, elegeram como trilha sonora da campanha salarial 2024 a música 'Xibom Bombom' do grupo musical As Meninas, sucesso dos anos 90 e com letra ainda atual que aponta para uma situação precária de manutenção de desigualdades onde sempre se observa que "o de cima sobe e o de baixo desce".



Formato "control c, control v"

Outra grande crítica apontada nesse processo de negociações conduzido pelo MGI está no fato de que a maioria das propostas ganhou um formato padrão "control c control v", essencialmente sendo apresentados percentuais de reajuste de 9% a partir de janeiro de 2025 e 5% a partir de abril de 2026.

Além de aprofundar distorções salariais, a política de negociações adotada pelo governo fragmentou servidores e inverteu a proposta de consenso apresentada inicialmente pela bancada sindical (Fonasefe e Fonacate), baseada em cálculos sobre perdas inflacionárias. Esta proposta unificada do funcionalismo foi objeto de amplo debate entre as entidades.

Direito de greve ameaçado

Para a Confederação, um outro ponto grave desse processo está na retaliação que vem sendo imposta pelo governo aos que decidiram rejeitar as propostas inicialmente apresentadas e viram no exercício do direito de greve a única forma de superar obstáculos no avanço do processo de negociação.

Foi o caso dos servidores da Área Ambiental que deflagraram greve nacional que, imediatamente, sofreu intervenção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a pedido do governo. O STJ impôs a volta ao trabalho de 100% de vários setores, além de impor uma multa diária de R\$ 200 mil por dia às entidades sindicais em caso de descumprimento. Cumprindo a determinação da justiça, a greve está sendo mantida, mas com forte impacto no exercício desse direito.

O mesmo ocorreu com servidores do INSS que iniciaram uma greve para logo em seguida o STJ decretar a manutenção de 85% do efetivo trabalhando, além de ampliar a multa diária às entidades para R\$500 mil em caso de descumprimento. Assim como na Área Ambiental, os servidores do INSS cumprem a determinação mantendo o movimento de greve buscando a reabertura dos canais de negociação para garantir o avanço e atendimento das reivindicações.

Estado como redutor de desigualdades

As diretrizes do governo sobre a reestruturação de carreiras no setor público nunca foram institucionalizadas, apesar da insistência da Condsef/Fenadsef e suas filiadas em debater o tema. Segundo o próprio MGI vem pontuando nas mesas específicas, passada essa fase das negociações, um estudo amplo sobre carreiras deverá ser o foco. Outro assunto que a SRT tem como prioritário é o processo da Convenção 151 da OIT, que regulamenta a negociação coletiva no setor público.

A Condsef já debateu o tema da reforma do Estado e diretrizes para planos de carreira em um GT, e produziu um caderno de propostas que foi apresentado ao governo e que expõe a visão de que o Estado seja um indutor da redução das desigualdades sociais, e não o contrário.

Para a Condsef/Fenadsef esses são temas importantes que dizem respeito tanto às carreiras específicas, quanto às questões mais amplas que são igualmente importantes para servidores e toda a sociedade.

Fonte: Condsef

Produção industrial cresce 4,1% em junho

A produção da indústria brasileira cresceu 4,1% na passagem de maio para junho. Além de interromper dois meses de queda, o resultado é o maior já registrado desde julho de 2020, quando houve expansão de 9,1%.

A constatação é da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada nesta sexta-feira (2), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado de junho de 2024, a indústria nacional encontra-se em nível superior ao patamar pré-pandemia, 2,8% acima de fevereiro de 2020. No entanto, fica ainda 14,3% abaixo do ponto máximo anotado em maio de 2011.

No primeiro semestre, a atividade industrial brasileira soma expansão de 2,6%. No acumulado de 12 meses, o desempenho positivo é de 1,5%.

Chuvas e enchentes

O gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo, explica que o resultado expressivo de junho é

impulsionado não só pela base de comparação, que tinha recuado 1,8% nos dois meses anteriores, abril e maio. Mas também pela volta da produção em várias unidades afetadas pelas enchentes que atingiram fábricas no Rio Grande do Sul em abril e maio.

A pesquisa divulgada nesta sexta-feira não traz dados segmentados por unidades da federação. Esse detalhamento será conhecido na próxima quinta-feira (8). A divulgação referente a maio, conhecida no último dia 12, mostrou que o Rio Grande do Sul apresentou queda de 26,2%.

Recuperação pré-pandemia

O gerente do IBGE destaca que, apesar de não ter sido a primeira vez que a indústria ultrapassa o patamar pré-pandemia, em junho a superação foi mais expressiva.

"Em abril deste ano, estava 0,3% acima. O que tem de diferente é que agora o salto é maior, está 2,8% acima", ressalta. Março de 2024 e dezembro de 2023 são outros meses em que a produção ficou acima do período pré-pandemia.

Setores

Entre maio e junho, 16 das 25 atividades apuradas pelo IBGE apresentaram desempenho positivo, com destaque para a produção de coque (tipo de combustível derivado do carvão), derivados do petróleo e biocombustíveis (4%), produtos químicos (6,5%) e produtos alimentícios (2,7%).

O setor de produtos alimentícios, que representa 15% da atividade industrial brasileira, avançou 2,7%. "Houve alta na produção de produtos importantes, como açúcar, produtos derivados de soja, suco de laranja e carnes de aves", indica o IBGE.

Na indústria extrativa, que subiu 2,5%, os dois produtos de maior importância dentro da atividade mostraram expansões: minério de ferro e petróleo.

Outras contribuições positivas relevantes foram metalurgia (5,0%), veículos automotores, reboques e carrocerias (3,1%), bebidas (3,5%), máquinas e equipamentos (2,4%), produtos do fumo (19,8%) e celulose, papel e produtos de papel (1,6%).

[Matéria completa em cut.org.br](http://www.cut.org.br)



Em PE, servidores do Ibama e ICMBio solicitam apoio da ministra Marina Silva

Marina Silva reforçou que existe disposição do governo para negociar, que do início do movimento grevista até agora houve avanço na pauta e que ainda há prazo para avançar nas negociações.

[Matéria completa em www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br)